



MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO DE ELETRICIDADE (AMRJ-243)

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS MATERIAL - SRP)

TR nº 24/004/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Solução de ácido sulfúrico diluído em água desmineralizada ($H_2SO_4 + H_2O$) armazenada em containeres IBC (capacidade do IBC de 1000 litros) densidade 1275 g/dm³ a 30°C. Diluição ≈ 38%	347289	L	6.000	36.000	R\$ 7,96	R\$ 286.560,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

1.4. O prazo de vigência de cada contratação é de 65 dias úteis, contados do recebimento da autorização de fornecimento do material (AFM), com sua Nota de Empenho anexada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Este procedimento não elimina a necessidade de assinatura de Termo de Contrato.

1.4.1. Para definição dos prazos de contratação, são considerados 20 dias úteis para prazos de entrega (PE), que serão recebidos de forma sumária (0 dia para recebimento provisório (TERP)), 25 dias úteis para recebimento definitivo (TERD) e 20 dias úteis para liquidação e pagamento (PG). O tempo de contagem está representado pelo quadro abaixo:

EVENTO	ENTREGA (PE)	TERP	TERD	PG
PRAZO	20 dias úteis	0 dia útil	25 dias úteis	20 dias úteis
Prazo de vigência = PE+TERP+TERD+PG				

1.4.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

[Handwritten signatures]

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada. Ademais, o Relatório Ambiental, **anexo** deste TR, detalha requisitos ambientais adicionais que devem ser atendidos pela FUTURA CONTRATADA, conforme exigências baseadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e abaixo explicitadas.

4.2. Documentação exigida:

4.2.1. Para o item da licitação, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

4.2.1.1. Se fabricante dos produtos ofertados: **Código 15 – 1 → Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos**

4.2.1.2. Se distribuidor ou importador dos produtos ofertados, a futura contratada está isenta de apresentar o CTF e o respectivo Certificado de Regularidade, dado que exercício das atividades não se enquadrarem em nenhuma do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013, que traz a Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais do IBAMA.

4.2.1.3. Caso a futura contratada possua registro no CTF diferente do solicitado neste relatório, ela deverá apresentar o Certificado de Regularidade com nexos relevantes com a descrição do produto ofertado.

4.2.1.4. Caso futura contratada não tenha obrigação de CTF, ela deverá apresentar sua declaração assinada pelo responsável legal, dizendo que a Lei nº 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($\text{H}_2\text{SO}_4 + \text{H}_2\text{O}$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

=====

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.




5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Após assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a remessa terá prazo de 20 (vintes) dias úteis.

5.1.1. A CONTRATADA deverá enviar, em conjunto com os itens apresentados no objeto, laudo técnico comprovando as condições de impureza apresentadas no quadro abaixo;

Características de impureza [mg/L max]	
Platina (Pt)	0,05
Cobre (Cu)	0,5
Arsênio (As)	1
Antimônio (Sb)	1
Estanho (Sn)	1
Bismuto (Bi)	1
Manganês (Mn)	0,2
Cromo (Cr)	0,2

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4+H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

Ferro (Fe)	30
Cobalto (Cb)	1
Níquel (Ni)	1
Cloretos (Cl)	5
Nitrogênio (Nitrato – NO_3)	10
Nitrogênio (Amônia – NH_4)	50
Ácidos Orgânicos Voláteis (Ac Acético)	20
Substâncias oxidáveis (c/ $KMnO_4$)	30
Resíduos de Calcinação (600-800°C)	250

5.1.2. Os procedimentos para realização dos ensaios (testes) de aceitação, bem como seus parâmetros de pureza estão definidos pela Especificação de Aquisição 832/7 – 1 KL01 – 223 – 048, da Diretoria Naval (DEN)

5.1.3. Após a entrega, em até 5 (cinco) dias será lavrado Termo de Recebimento Provisório, pela fiscalização técnica responsável. O produto, então, será submetido a testes de aceitação pelo Departamento de Qualidade (AMRJ-23). Somente após a aprovação destes, o Gestor do Contrato realiza a emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Praça Barão de Ladário - Ilha das Cobras s/nº, Galpão de Baterias, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.091-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

- =====
- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

=====

observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com os certificados de garantia individuais por IBC, nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 12 (doze) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

- =====
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida e atestada a qualidade do objeto entregue, a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1. o prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;
 - 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5. o valor a pagar; e
 - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

=====

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

- 7.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

7.24.1. **Não serão permitidas** as cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

- =====
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada** como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;






ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

- =====
- 8.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

=====

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado mínimo a ser contratado.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 286.560,00 (duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

- =====
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 741000;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 236885;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;
- V) Plano Interno: R90101001L0;

11. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. ANEXOS

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo A – Estudo técnico preliminar;

Anexo B – Planilha de cotação de preços;

Anexo C – Planilha estimativa de custos e formação de preços;



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi


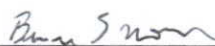
=====

Anexo D – Termo de justificativas Técnicas Relevantes;

Anexo E – Especificação técnica de aquisição 832/7 – 1 KL01 – 223 – 048 (DEN); e

Anexo F – Anexo G – Relatório Ambiental.

Rio de Janeiro, RJ, em ____ de _____ de 2024.

Elaborado por:	
 _____ GUILHERME BITTENCOURT RODRIGUES NICHELLI Técnico de Tecnologia Militar	 _____ BRUNO DA SILVA NORA Primeiro-Tenente (RM2-EN)



ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Continuação de TR nº 24/004/2024 - Registro de preços para futuras aquisições de solução de ácido sulfúrico diluído ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de elementos de baterias do Submarino Tupi

=====

ATO DE APROVAÇÃO

Com a finalidade de atender às Requisições de Material (RM) dos órgãos internos deste Arsenal, e conforme Portaria n.º 209/AMRJ de 11 de Setembro de 2023, e ainda, de acordo com a Justificativa da Contratação constante da Autorização de Abertura do presente processo, aprovo o presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, RJ, em ____ de ____ de 2024.

No impedimento de:

CF(EN)

ITALO RAMELLA
Capitão de Mar e Guerra (EN)
Superintendente Técnico (AMRJ-20)

CELSON GARNICA MOTA
Capitão de Fragata (EN)
Chefe do Departamento de Qualidade (AMRJ-23)